

## “1848: Revoluções de ideias ou de fome?”

*Recensão para “Revolução Contemporânea – XVII a 1917”, ministrado por Prof. Daniel Ribeiro Alves*

A análise a que nos propomos vai comparar dois artigos que apontam para origens aparentemente antagónicas para o eclodir dos vários movimentos revolucionários que em três semanas atravessaram a maioria da Europa em 1848. Partiremos de uma análise breve a cada texto, e seus principais argumentos, para de seguida olharmos para os pontos em que os autores coincidem ou se opõem, para no final defendermos a posição de que os artigos, aparentemente contraditórios, são essencialmente complementares.

Os artigos em questão são “*Artisans and intellectuals in the german revolution of 1848*”, de Alvin W. Gouldner, elaborado em 1983, e “*Economic Crises and the European Revolutions of 1848*”, de 2009, escrito por Helge Berger e Mark Spoerer. Começaremos pela proposta de Gouldner, já que mais antiga, que nos leva a olhar para uma revolução particular, a alemã, para depois abrirmos o campo até reflexões comuns aos países envolvidos nas revoluções de 1848, já pelas palavras de Berger e Spoerer.

No artigo “*Artisans...*” é-nos apresentada inicialmente uma visão surpreendente sobre a composição da “classe trabalhadora” que Marx terá encontrado na Alemanha, numa tentativa de explicar o porquê das expectativas marxistas sobre o aparecimento de uma enorme revolução do proletariado terem saído, na globalidade, goradas. Mas este acaba por ser um pormenor na articulação do autor, já que de facto a ideia que o artigo mais tenta consolidar passa pela defesa de que a revolução na Alemanha foi um movimento não de massas mas sim de uma elite intelectual que foi emergindo nas décadas anteriores – uma elite que todavia não conseguiu chegar aos patamares sociais, económicos e políticos que anos antes estaria à disposição de uma franja de intelectuais equivalente. Terá sido esta a classe que Marx encontrou e que identificou como “o

proletariado”, isto quando era composta sobretudo por artesãos (em oposição a operários fabris), mais dispostos à militância e já habituados a uma organização hierárquica fruto das associações ou sindicatos em que se organizavam as suas ocupações. Ao contrário da ideia que temos hoje, diz o autor, à época havia uma ligação mais próxima entre as profissões artesanais e a primeira franja de intelectuais, chamemos-lhe assim, entre os quais o autor inclui jornalistas e um crescente número de pessoas com educação superior, graças às reformas das Universidades.

Segundo explica Gouldner, a emergência das sociedades industriais no séc. XIX levou a uma reacção social que visava compensar a anonimização que as fábricas impunham às pessoas: este foi um século de organização, com o aparecimento de várias associações, desde as mais secretas a “meros” partidos políticos, que procuravam unir, reafirmar e defender as pessoas e suas ideias/reivindicações. Estas reuniões de indivíduos surgiram baseadas nas experiências anteriores de associação vindas dos artesãos e das suas corporações de ofícios, o que deu a esta classe um papel de relevo na época. Para o autor, foram estas associações que se colocaram entre Marx e o proletariado e nem as organizações mais radicais que emergiram eram lideradas por “mãos de fábrica”.

É a partir deste enquadramento que Gouldner avança para sublinhar o papel fundamental que atribui aos artesãos na organização das revoltas de 1848. Recorrendo a um trabalho de Rudolf Stadelmann<sup>1</sup>, de 1948, para afirmar que a privação económica *per se* não cria uma onda revolucionária, o autor parte para a defesa de que coube aos artesãos, confrontados com a desenraização humana imposta pelo sistema fabril, elevar-se como os principais militantes revolucionários da Alemanha de 1848.

Segundo argumenta, o avanço da indústria na Alemanha impôs à classe de trabalhadores não-fabris um aumento de concorrência pelas suas posições socioeconómicas, já que o

---

<sup>1</sup> “Soziale und politische Geschicht der Revolution von 1848”, R. Stadelmann, 1948

avanço industrial reforçou os investimentos nos caminhos-de-ferro que, por seu turno, facilitou o acesso aos mercados internos de produtos estrangeiros. A isto juntou-se a crescente clivagem entre artífices e donos de fábricas, que contratavam largos números de desempregados, canibalizando cada vez mais o trabalho mais tradicional.

Com perspectivas de evolução na vida e na profissão cada vez mais limitadas, isto quando poucos anos antes ainda era fácil prever que a carreira de um artesão iria evoluir gradual e positivamente, e confrontados com a queda gradual dos rendimentos até ficarem abaixo dos níveis em vigor nas fábricas, a mobilização desta classe passou também pela crescente necessidade de se reunirem em associações mas também de dividir despesas de uma casa, registando-se um aumento do total de artífices partilhando quartos – o que serviu para potenciar a disseminação de ideias entre si. Apesar da importância crucial que o autor atribui aos artesãos na revolução de 1848, é também de Gouldner que vem o alerta de que nem todos poderiam ser vistos como radicais, ainda que muitos tenham aderido às posições mais socialistas da época. Porém, entre as principais reivindicações destes estavam ideias como a restauração da força das corporações, a limitação à proliferação de fábricas e a imposição de tarifas proteccionistas, pontos pouco rotuláveis como radicais. Para o autor, foi esta classe, assim organizada e descontente, que Marx terá confundido como a “verdadeira classe trabalhadora” que lideraria as sociedades pelas revoluções proletárias que previa. Gouldner contrapõe que estes proletários que Marx procurava acabaram por ser “*meros espectadores passivos da revolução de 1848*” (p. 525) na Alemanha.

Assim, e para o autor, a revolução na Alemanha foi puxada pelos intelectuais da classe média mais do que pelas massas, com os artesãos a encontrarem nos seus antigos rivais das profissões liberais – defensores do comércio livre – aliados para combater males comuns impostos pela industrialização crescente: o fim do *status* a que estas classes

estavam habituadas e o bloqueio da mobilidade profissional ascendente, culpa também do crescimento da mão-de-obra com formação, à conta do aumento da frequência das universidades – de 1800 a 1830, o total de estudantes universitários passou de 5 000 para 15 000 (p.526). Esta evolução acabou por reduzir ainda mais o total de oportunidades de ascensão existentes entre as profissões mais liberais, tal como ocorreu por distintas razões com os artesãos, algo que leva Gouldner a argumentar que mais do que razões económicas, na origem da revolução de 1848 estiveram em causa as insatisfações associadas à perda de *status*. O aparecimento de uma subcultura de intelectuais cada vez mais propícios à defesa de ideias reformistas foi igualmente potenciado pelos jornais, veículos de proliferação de ideias, visões e apelos para a mudança. Artesãos e intelectuais, unidos pela defesa do *status* tradicional que cada uma das classes antes detinha, tinham no fundo um inimigo comum, o capitalismo industrial, o que acabou por uni-las durante a revolução. Se uns atacaram pelas ideias, através da disseminação de artigos e jornais, coube aos artesãos as despesas da revolução nas ruas, diz Gouldner: “*Por toda a Europa, portanto, foram os artesãos, e não os operários fabris, que se tornaram nos combatentes de rua da Revolução de meados do Séc. XIX*”.

Contudo, se este autor considera que em 1848 a revolução deveu-se a questões de *status* e de posição social, opinião oposta encontramos em “*Crises...*” de Berger e Spoerer, onde o ónus e as despesas da revolução são colocadas nas crises agrícolas que se fizeram sentir nos anos imediatamente anteriores à eclosão das revoluções europeias.

Estes autores, que escrevem alguns anos após Gouldner, vêm por em causa a lógica de que em 1848 foram as ideias que alimentaram as revoluções. No seu entender, foi algo muito mais básico: a miséria económica imposta por anos de más colheitas agrícolas, que levaram a uma crise de subsistência que se contagiou praticamente a toda à economia. Berger e Spoerer, aliás, recordam que os próprios analistas contemporâneos

viram na escassez a causa directa das revoluções, ideia que posteriormente se foi diluindo, ao ponto de vários trabalhos mal focarem o lado socioeconómico na análise das revoluções de 1848 – em Gouldner, por exemplo, as referências são reduzidas. O artigo agora em análise, porém, recupera este foco, alertando que as *ideias* dificilmente justificariam quer o *timing*, quer a simultaneidade quer a distribuição regional das revoluções em questão.

Para a análise do impacto da crise agrícola e, logo, do aumento anormal dos preços dos cereais ao consumidor, os autores recorrem a várias séries estatísticas sobre a Europa, através das quais mostram que em 20 de 21 países europeus há uma correlação perfeita entre a evolução dos preços dos alimentos nos anos anteriores a 1848 e a eclosão da revolução daquele ano. Já em seis países estudados onde não se registou uma revolução naquele ano, apenas em um se registou um choque de preços de dimensão significativa.

Berger e Spoerer começam por olhar para as despesas dos lares das classes mais baixas para nos introduzir o seu argumento. Segundo citam, dados de 1850 mostram que estas famílias precisavam de dedicar entre dois terços e três quartos dos seus rendimentos para nutrição, com uma dieta baseada essencialmente em derivados de cereais e batatas. Assim, os orçamentos destas classes eram muito sensíveis às variações de preços nestes produtos, já que as hipóteses de os substituir por outros eram bastante reduzidas. Posteriormente, os autores avançam então com dados sobre a evolução dos preços dos cereais em 27 países europeus entre 1820 e 1850, notando-se uma tendência para constantes subidas de preços entre 1844 e 1847, com especial destaque para a França, onde o preço do trigo por hectolitro saltou de 90 gramas de prata fina para perto de 150 no período. Mais do que o aumento propriamente dito, Berger e Spoerer chamam a atenção para o facto de nos países onde eclodiram revoluções, são os mesmos onde os preços atingiram patamares nunca vistos no período 1820-1850. Ou seja, os preços não

só entraram em rota ascendente, como chegaram a patamares que nem os mais prudentes teriam antecipado dado o histórico de outros períodos de más colheitas. Já em Inglaterra e Suécia, dão os autores como exemplo de países sem revolução, deu-se o caso dos preços subirem mas sem superar máximos históricos anteriores.

Olhando para as mesmas séries estatísticas, também se conclui que em 1848 os preços dos cereais já tinham entrado em queda, podendo assim estranhar-se a eclosão das revoluções depois da normalização do custo de vida. Berger e Spoerer explicam porém que “*o povo que é confrontado pela fome está fisicamente fragilizado e focado na sobrevivência. Só depois de recuperar as suas forças e de digerir o trauma recente é que começa a reagir politicamente*”. (p. 303)

Além desta explicação associada à prioridade dada à luta pela sobrevivência ao invés do activismo político, os autores salientam também o efeito de contágio da crise agrícola aos restantes sectores da economia produtiva dos países. Com a maioria dos lares a viver pouco acima do nível de subsistência, o aumento dos preços da alimentação leva a uma correção de despesas das famílias, leia-se uma redução abrupta no consumo de outros bens, como os da manufactura. A transformação da crise agrícola em crise industrial foi assim natural. Com a contracção do consumo, muitos produtores ou vendedores foram obrigados a recorrer às suas poupanças para atravessar a crise, levando à contracção dos montantes disponíveis para créditos – sem dinheiro nos cofres, ninguém empresta. O contágio prosseguiu então com a redução dos níveis de investimento público, já que as reservas dos países tiveram que ser consumidas, e a uma desaceleração significativa no crescimento da rede ferroviária, o que por seu turno levou a crise até às minas e seus trabalhadores. “*Em suma, parece que a deterioração das condições financeiras logo após a crise agrária de 1847-1847 teve um impacto posterior nas falências de empresas e no comportamento dos investimentos, que*

*transmitiram a crise por todos os sectores e até ao ano crítico de 1848*”, sintetizam (p. 306). Para os autores, este contágio fica provado por outros dados, como a quebra registada na taxa de crescimento da actividade não-agrícola, logo após a crise agrícola.

Todos estes dados a que os autores recorrem para recuperar a ideia de que foi uma crise de subsistência que levou à eclosão de revoluções pela Europa em 1848 são visitados e apresentados de forma aprofundada ao longo do artigo, dando uma boa base para que Berger e Spoerer declarem com confiança que só nos países onde se registaram choques de preços é que eclodiram revoluções, pelo que foi “*a miséria económica, mais do que as ‘ideias’, que causaram a eclosão das revoluções de 1848*” (p. 318).

Apesar desta nota final dos autores, onde entram em oposição com as obras que ignoram ou minimizam a importância dos factores económicos para o ano crítico de 1848, não devemos concluir imediatamente que Spoerer e Berger estão totalmente no lado oposto de Gouldner e dos seus artesãos. Aliás, a nosso ver, antes de serem contraditórios os estudos são sobretudo complementares. Ambos os artigos tentam encontrar a génesis das revoluções de 1848, e enquanto o primeiro olha para o impacto que as classes médias e com mais educação tiveram na propagação de novas ideias, evidenciando através das letras que existia um sentimento de insatisfação generalizada nas sociedades mas também propagando novos conceitos e ideais de reformas, o segundo artigo olha sobretudo para o papel que as massas tiveram nas revoluções e o porquê de terem aderido às ideias que os intelectuais, artesãos e profissionais liberais tanto vinham a propor.

Esta mesma complementaridade é também aceite por Berger e Spoerer, que a dado passo do seu trabalho assumem que “*enquanto advogados, editores, jornalistas, médicos e académicos foram sem dúvida importantes protagonistas das sublevações de*

*1848, eles não teriam sido capazes de levar a cabo a revolução sozinhos. Foram as classes mais baixas que providenciaram o ‘músculo’ ”* (p. 296).

Apesar da citação procurar retirar importância às classes nomeadas por Gouldner, a ideia da complementaridade entre ambas está igualmente patente. Indo um pouco mais longe, e extrapolando as ideias apresentadas por Gouldner, é-nos possível também reflectir um pouco sobre a eventual inversão da citação a que recorremos de Berger e Spoerer, uma viagem que Gouldner não faz mas que nos atrevemos a fazer. Ou seja, será que as massas teriam dado o seu “músculo” à revolução caso não existissem os movimentos e associações germinadas da experiência dos artesãos e que serviram para unir e organizar esforços? Ou teriam as revoluções tanto sucesso não houvesse a consciência que a insatisfação era generalizada e não apenas circunscrita às classes mais baixas, consciência essa construída a partir das inúmeras publicações da responsabilidade dos intelectuais?

As questões supra-referidas servem para reforçar a ideia da complementaridade entre os distintos focos com que os autores olham para as revoluções de 1848. Além disso, tanto os artigos como as ramificações que os autores apresentam servem também para reforçar uma conclusão mais alargada sobre as revoluções de forma mais genérica: dificilmente uma revolução poderá alguma vez ser explicada por um único factor ou por eventos de impacto temporal reduzido. As origens de uma revolução devem antes ser procuradas numa complexa teia de condições sociais, económicas, políticas ou militares que lentamente são tecidas dentro de cada sociedade, e que, sem serem cortadas, levam à tomada de consciência por cada vez mais concidadãos que a radicalização é o preço a pagar pela mudança. Ou seja, mais do que de um rastilho que provoca uma explosão, uma revolução nasce do fogo lento provocado pelos vários toros que compõem uma fogueira, que lentamente levam à ebulação.